

Centro de
Inovação para a
Educação
Brasileira - CIEB

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balço patrimonial	6
Demonstração de resultado	7
Demonstração de resultado abrangente	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa - Método direto	10
Notas Explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Conselheiros do
Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2017

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/O-4



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

Ativo	Nota	2016	Passivo	Nota	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.580.424	Impostos e contribuições	6	50.329
Outras contas a receber		<u>2.829</u>	Salários e encargos a pagar	7	200.309
		<u>1.583.253</u>	Outras contas a pagar		<u>8.000</u>
					<u>258.638</u>
Imobilizado	5	# <u>72.000</u>	Patrimônio líquido	9	
			Superávit do exercício		<u>1.396.615</u>
Total do Ativo		<u><u>1.655.253</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.655.253</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstração do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

	Nota	2016
Receitas operacionais		
Doações de pessoas jurídicas	10	3.608.333
Trabalho voluntário	3.i	<u>4.943</u>
Total - receitas operacionais		<u>3.613.276</u>
Custos e Despesas operacionais		
Despesas com pessoal operacional	11	(964.592)
Outras despesas operacionais	12	(507.474)
Despesas com pessoal administrativo	13	(194.759)
Outras despesas administrativas	14	(507.729)
Impostos e taxas	15	(155.618)
Trabalho voluntário	3.i	<u>(4.943)</u>
		<u>(2.335.115)</u>
Superávit do exercício antes das receitas (despesas) financeiras		<u>1.278.161</u>
Receitas Financeiras	16	118.563
Despesas Financeiras	16	<u>(109)</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>118.454</u>
Superávit do exercício		<u><u>1.396.615</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstração de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

	2016
Superávit do exercício	1.396.615
Outros componentes do resultado abrangente:	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>1.396.615</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

	Superávit do exercício
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-
Superávit do exercício	1.396.615
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>1.396.615</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Superávit do exercício	1.396.615
Ajustes por:	
Depreciação e amortização	<u>5.532</u>
	1.402.147
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento)/redução nos ativos em	
Outras contas a receber	(2.829)
Aumento/(redução) nos passivos em	
Impostos e contribuições	50.329
Salários e encargos a pagar	200.309
Outras contas a pagar	<u>8.000</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>1.657.956</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de ativo imobilizado	(77.532)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos	<u>(77.532)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.580.424</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
Caixa equivalente de caixa em 1 de janeiro de 2016	-
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2016	<u>1.580.424</u>
	<u><u>1.580.424</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB é uma associação sem fins lucrativos ou econômicos e que tem como objeto social apoiar pessoas naturais e jurídicas, instituições, governo, empresas e/ou entidades que desenvolvam atividades, programas, planos e/ou projetos tecnológicos e de inovação que busquem, com foco no ensino público, contribuir para o desenvolvimento da educação no Brasil, estimulando um ecossistema gerador de inovações efetivas para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem.

Apesar da Ata de Assembleia Geral de Constituição do CIEB ser datada de 20 de outubro de 2015, suas atividades se iniciaram apenas em 14 de março de 2016 com a locação do escritório e contratação da equipe inicial.

A Associação poderá, para a consecução de seu objeto social, utilizar-se de quaisquer meios e atividades permitidos por lei, especialmente:

a. apoiar, promover, fomentar e/ou implantar iniciativas voltadas a estimular um ecossistema gerador de inovações efetivas para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem;

b. celebrar parcerias, contratos e convênios com entes públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para a materialização de seu objeto social;

c. promover, apoiar e desenvolver, em seus vários desdobramentos, as manifestações intelectuais, culturais, artísticas e/ou educacionais, por meio de treinamento técnico, de publicação ou de edição, própria ou por meio de terceiros, de livros e revistas de natureza técnica, científica, cultural e artística e de vídeos ou quaisquer outros meios de mídia, divulgação ou comunicação que ajudem a propagar o objeto social;

d. patrocinar e/ou incentivar realizações de natureza cultural, educacional, técnica ou econômica, tais como palestras, cursos, seminários, congressos, exposições, feiras, amostras e promoções, voltadas para os seus objetos e finalidades;

e. participar como sócia, acionista, titular de debêntures, bônus de subscrição, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária, em sociedades, consórcios ou empreendimentos que tenham objetivos e propósitos semelhantes ou complementares aos da Associação, ou que possam contribuir para a consecução do objeto social da Associação; e

f. praticar quaisquer outros atos e atividades lícitas para a consecução do objeto social, mesmo que não estejam previstos neste Estatuto, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de abril de 2017.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.b - vida útil do ativo imobilizado;
- Nota 8 - provisão para contingências e
- Nota 18 - mensuração de instrumentos financeiros.

2.4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº18 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para o exercício apresentado nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e outras contas a receber

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos, conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizadas na quitação de obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: outras contas a pagar.

Tal passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos

de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esse passivo financeiro é medido pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 31 de dezembro de 2016, incluindo operações de *hedge*.

b. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulado, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

d. Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Apuração do superávit do exercício

O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

g. Contribuições e doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem tarifas sobre operação de câmbio e outras tarifas em conta corrente.

i. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado. Em 31 de dezembro de 2016 a Entidade registrou o montante de R\$ 4.943 referente a trabalhos voluntários.

j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Entidade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Entidade em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Entidade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Entidade fará no futuro.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

k. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº18.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa e Fundo contingencial

	2016
Caixa	306
Bancos conta movimento	10
Aplicações financeiras	<u>1.580.108</u>
Saldo total	<u>1.580.424</u>

(a) As aplicações financeiras referem-se principalmente a fundos de renda fixa, remunerados a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Bancário - CDB, que variam de 1,04% a 1,50% ao mês. São de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Entidade sem ônus.

5 Imobilizado

Descrição custo	2016
Móveis e utensílios	51.583
Computadores e periféricos	<u>25.949</u>
Total do custo	77.532
Descrição depreciação	2016
Móveis e utensílios	(2.380)
Computadores e periféricos	<u>(3.152)</u>
Total da depreciação	(5.532)
Saldo líquido	<u>72.000</u>

6 Impostos e contribuições

	2016
IRRF a recolher	45.879
Outros impostos a recolher	1.775
PIS a recolher	1.711
COFINS a recolher	591
ISS a recolher	<u>373</u>
	<u>50.329</u>

7 Salários e encargos a pagar

	2016
Férias e encargos sociais	77.778
INSS a recolherr	63.581
Salários a pagar	52.728
FGTS a recolher	<u>6.222</u>
	<u>200.309</u>

8 Provisão para contingências

Com base no parecer emitido pelo assessor jurídico externo, não há qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedidos contra a Entidade em 31 de dezembro de 2016 que devessem ser provisionados e/ou divulgados.

9 Patrimônio líquido

O patrimônio da Entidade é constituído de bens móveis (tangíveis ou intangíveis), imóveis, direitos (inclusive direitos de propriedade intelectual) e recursos financeiros adquiridos ou recebidos sob a forma de contribuição, doação, legado, subvenção, auxílio, rendimentos, dividendos, ou de qualquer outra forma lícita, devendo ser administrado e utilizado apenas para o estrito cumprimento de suas finalidades sociais.

No caso de dissolução da Entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra, ou outras pessoas jurídicas preferencialmente sem fins econômicos e preferencialmente que tenham o mesmo objeto social (ou objeto similar ou complementar) da Entidade, que serão determinadas pela Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim.

Remuneração da administração: O Estatuto da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração.

A Entidade contará com os seguintes Associados:

Mantenedores: Instituto Sonho Grande, Instituto Natura, Instituto Lemann, e Instituto Península.

Contribuintes: Fundação Roberto Marinho e Instituto Inspirare.

Os membros do Conselho de Administração não farão jus a qualquer remuneração, mas poderão receber o reembolso das despesas gastas para comparecimento nas reuniões do Conselho e Assembleias Gerais, desde que devidamente comprovadas.

Fundo contingencial: Foi aprovado em 14 de dezembro de 2016, pela Assembleia Geral Extraordinária, a criação do Fundo Contingencial de acordo com os termos do Estatuto Social, que será formado por 5% (cinco por cento) do valor da contribuição patrimonial dos Associados, objetivando preservar recursos para a permanente manutenção da Associação, de seu patrimônio e para consecução do objeto social.

A Associação poderá utilizar os recursos do Fundo Contingencial para arcar com as despesas administrativas necessárias à manutenção de suas atividades e para materializar seu objeto social, conforme deliberação do Conselho de Administração.

10 Receitas operacionais - receita das atividades

	2016
Instituto Sonho Grande	697.917
Instituto Península	697.917
Instituto Lemann	697.917
Instituto Natura	649.167
Fundação Roberto Marinho	516.458
Instituto Inspirare	348.957
	<hr/>
	3.608.333
	<hr/> <hr/>

As receitas da Entidade são custeadas pelos Associados Mantenedores, que financiam o custeio das atividades e projetos por meio de contribuição associativa, e pelos Associados Contribuintes, que constroem periodicamente com a finalidade de custear parte das atividades.

11 Despesas com pessoal operacional

	2016
Salários	(563.853)
INSS	(179.565)
Férias	(65.444)
FGTS	(54.208)
13º salário	(49.083)
Benefícios	(45.664)
PIS sobre folha de pagamento	(6.774)
	<u>(964.592)</u>

12 Outras despesas operacionais

	2016
Serviços prestados - pessoa física e jurídica	(271.560)
Eventos	(149.990)
Viagens e estadias	(66.704)
Benefícios	(10.371)
INSS sobre serviço de terceiros	(5.176)
Outros	(3.673)
	<u>(507.474)</u>

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) acredita que inovação e tecnologia podem impulsionar uma transformação sistêmica e promover maior equidade, qualidade e contemporaneidade na educação pública brasileira.

A partir dessa crença, e a fim de catalisar um ecossistema com atores qualificados e conectados, interagindo em ambientes favoráveis ao surgimento de novas ideias e ações, o CIEB iniciou suas atividades em 2016 estruturando sua atuação em quatro frentes de trabalho: Apoio a políticas de inovação e tecnologias educacionais; Fortalecimento da capacidade de inovação; Soluções e tecnologias educacionais e Rede de apoio à inovação educacional.

Em 2016, a atuação do CIEB se deu por meio dos seguintes projetos:

Guia EduTec

O Guia EduTec é uma ferramenta de gestão que permite identificar o nível de adoção de tecnologias nas redes públicas de ensino de modo a planejar sua implementação. A adoção de tecnologia é compreendida como um processo integral que deve incluir quatro elementos: Visão, Competências, Conteúdos e Recursos Digitais, Infraestrutura.

Plataforma EduTec

Lançada em dezembro de 2016, a Plataforma EduTec foi desenvolvida com foco no gestor educacional. É uma ferramenta que objetiva facilitar a busca e compreensão de tecnologias educacionais disponíveis aproximando as demandas do gestor às ofertas do mercado de edtechs. Foi desenvolvida a partir do Banco de Dados EduTec, uma base de dados de ferramentas e fornecedores de tecnologias educacionais criada em parceria com Fundação Lemann, Instituto Inspirare e Associação Brasileira de Startups (ABStartups).

Conecte-C

Série de encontros mensais que promove o diálogo e interação entre diferentes atores do ecossistema de inovação na educação pública. As discussões são norteadas por quatro temas: desafios na educação pública, tecnologias educacionais, empreendedorismo na educação, políticas públicas na educação.

GT do Consed

Ao longo de 2016 o CIEB proporcionou apoio técnico ao GT de Tecnologia e Inovação do Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED). Entre as atividades desenvolvidas destacam-se a capacitação sobre políticas de tecnologia e inovação para a educação para os gerentes de tecnologia dos estados, a construção colaborativa do documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Inovação e Tecnologia Educacional 2017-2021” a partir da realidade dos Estados e uma plataforma de compartilhamento de práticas.

Rede IEB

Lançada em outubro de 2016, a Rede de Inovação para a Educação Brasileira (Rede IEB) busca conectar centros de pesquisa e especialistas comprometidos em promover a inovação na educação pública. Trata-se de uma referência para gestores públicos e instituições que queiram inovar para garantir uma educação pública de qualidade para todos os brasileiros a partir da interação entre esses atores e da produção, difusão e sistematização de conhecimento.

CIEB Publicações

Série de documentos que busca gerar subsídios para o diálogo entre os atores do ecossistema de inovação em educação, o CIEB Publicações compreende estudos e notas técnicas. Os estudos têm como objetivo sistematizar e analisar informações e experiências nacionais e internacionais relacionadas a esse ecossistema e, a partir desses dados, sugerir estratégias e recomendações para as políticas públicas brasileiras. São financiados pelo CIEB e realizados por pesquisadores independentes. As notas técnicas contêm discussões objetivas sobre temas atuais relacionados à inovação na educação pública brasileira. São pesquisas e estudos gerados pelo CIEB a partir do desenvolvimento de nossos projetos, que compartilhamos para contribuir para o debate público sobre o tema.

13 Despesas com pessoal administrativo

	2016
Salários	(113.280)
INSS	(35.928)
Férias	(13.111)
FGTS	(11.069)
Benefícios	(10.088)
13 Salário	(9.833)
Outros	(1.450)
	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
	<u>(194.759)</u>

14 Outras despesas administrativas

	2016
Serviços prestados terceiros - PJ (a)	(212.319)
Aluguel	(77.677)
Conservação e manutenção	(63.387)
Outros	(52.679)
Viagens e estadias	(29.173)
Material de escritorio	(26.434)
Condominio	(20.748)
Honorarios contábeis	(17.754)
Seguros gerais	(7.558)
	<u>(507.729)</u>

(a) Os principais gastos incorridos com serviços de terceiros - pessoa jurídica no exercício, foram com Propaganda e Publicidade no valor de R\$ 183.600.

15 Impostos e taxas

	2016
ITCMD - Imposto Transmissão Causa Mortis Doação (a)	(144.333)
COFINS	(5.613)
IPU	(4.349)
IOF	(792)
Outros Impostos e taxas	(531)
	<u>(155.618)</u>

(a) O ITCMD (Imposto Transmissão Causa Mortis Doação) é o imposto estadual devido sobre a transmissão de bens ou direitos. A Entidade não tem a imunidade do referido imposto, devido ser o ano de sua constituição. Em 2016 foi recolhido o percentual de 4% sobre as receitas de doações, totalizando o valor de R\$ 144.333.

16 Resultado Financeiro

Receitas financeiras	2016
Rendimento de aplicações financeiras	118.560
Descontos obtidos	<u>3</u>
Total das receitas financeiras	<u>118.563</u>
Despesas financeiras	
Juros Passivos	<u>(109)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(109)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>118.454</u>

17 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício de 31 de dezembro de 2016:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza)

18 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

18.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2016, sendo eles, outras contas a receber e outras contas a pagar estão classificados como empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros.

A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

	2016	Classificação (*)
Ativos		
Caixa e bancos	316	Empréstimos e recebíveis
Aplicações financeiras	1.580.108	Valor justo por meio de resultado
Outras contas a receber	<u>2.829</u>	Empréstimos e recebíveis
Passivos		
Outras contas a pagar	<u>(8.000)</u>	Outros passivos financeiros
Total	<u><u>1.575.253</u></u>	

(*) Os instrumentos financeiros estão classificados conforme descritos na nota explicativa nº 3a.

18.2 Valor justo

Não existem diferenças entre valores de mercado e os valores registrados na contabilidade.

18.2.1 Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

18.2.2 Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

18.3 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações.

18.4 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

18.5 Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Entidade.

19 Avais, fianças e garantias

Durante o exercício 31 de janeiro de 2016, a Entidade não apresentou quaisquer avais, fianças e garantias.

* * *

Lucia Gomes Vieira Dellagnelo
Diretora Presidente

Fernanda Natalino
Contadora CRC 1SP144709/O-3